

A educação na periferia do capitalismo: construindo um novo pacto¹

RENATO DAGNINO

Livre-docência, pesquisador pós-doutorado, doutora, mestre e engenheira.
Chefe do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade
Estadual de Campinas (UNICAMP).

Resumo

Enfocam-se aqui aspectos socioeconômicos da policy e da politics relacionados à produção do conhecimento condicionados por um pacto, intermediado pelo Estado capitalista, entre as classes proprietária e trabalhadora. Adotando a perspectiva dessa última, se investigam as características que deve possuir um novo pacto “para além do capital”. Como usual na tradição crítica latino-americana, trata, primeiro e exemplarmente, a maneira como aqueles aspectos se manifestam nos países centrais. Por estar ancorado na experiência histórica e nos anseios dos atores sociais subalternos, assim como orientado para a sua consecução na periferia do capitalismo, ele aponta caminho para a constituição de um novo pacto, tendo como referência os valores e interesses da economia solidária.

Palavras-chave: Pacto pela Educação; América Latina; Política Cognitiva; Tecnociência Solidária.

DOI: <https://doi.org/10.36888/udual.universidades.2024.100.759>

Formación docente y estudiantil: reflexiones sobre la universidad como lugar formativo

Resumen

El artículo se enfoca en los aspectos socioeconómicos de las políticas de producción de conocimiento, condicionados por un pacto establecido por el Estado capitalista, entre la clase proletaria y la trabajadora. Al adoptar la perspectiva de esta última, se investigaron las características que debe tener el nuevo pacto “más allá del capital”. Como es usual en la tradición crítica latinoamericana, se examina la forma en que estos aspectos se manifiestan en los países centrales. Al estar arraigado en la experiencia histórica, y en las aspiraciones de los actores sociales marginados, así como estar orientado en su consecución en la periferia del capitalismo, se propone una dirección para la construcción de un nuevo pacto que refleje los valores y los intereses de la economía solidaria.

Palabras clave: Pacto por la educación; América Latina; política cognitiva; tecnociencia solidaria.

Education on the Periphery of Capitalism: Building a New Pact

Abstract

The article focuses on the socio-economic aspects of knowledge production policies, conditioned by a pact, led by the capitalist state, between the proletarian and working class. By adopting the perspective of the latter, the needed characteristics for the new pact “beyond capital” are investigated. Following the Latin American tradition, the article examines how these aspects manifest in central countries. Rooted in historical experience and the aspirations of marginalized social actors, and aimed at achievement in the capitalist periphery, a direction is proposed for constituting a new pact that reflects the values and interests of the solidarity economy.

Keywords: Education Pact; Latin America; Cognitive Policy; Solidarity Technoscience.

Este texto adota um enfoque limitado aos condicionantes socioeconômicos da *policy* e da *politics* relacionados à produção do conhecimento. Aqueles que dão origem àquilo que eu costumo enfeixar por reconhecer a forma entrelaçada como estão sendo elaboradas, cada vez mais no mundo inteiro, mediante o conceito de política cognitiva: as políticas de Educação e as de Ciência e Tecnologia.

Está centrado nas implicações que têm na política cognitiva os valores, interesses e comportamentos das classes proprietária e trabalhadora, e no modo como se constitui entre elas um pacto, intermediado pelo Estado capitalista, acerca da educação. A respeito dessa categorização dicotômica, binária, simplista e para muitos ultrapassada, esclareço que sua adoção é, mais do que suficiente, necessária para elucidar aqueles condicionantes.

Privilegiando os valores e interesses dessa última, o texto encaminha a análise no sentido da concepção de um novo pacto coerente com um projeto societário “para além do capital”.

Seu percurso, usual na tradição intelectual crítica que tem lugar na periferia do capitalismo, trata, primeiro e exemplarmente, a maneira como aqueles condicionantes se manifestam nos países centrais (ou no Norte Global). Depois, analisa a maneira como o pacto lá estabelecido vai se instituindo, submetido às especificidades do contexto periférico e, particularmente, brasileiro.

Também em consonância com essa tradição, o texto possui um caráter francamente normativo. Por estar ancorado na experiência histórica, nos anseios dos atores sociais subalternos e se orientar para a sua consecução, ele aponta aos governantes progressistas que ocupam o aparelho do Estado um caminho para a constituição de um novo pacto, tendo como referência os valores e interesses da economia solidária.²

Um pouco da história dos países centrais

Lá, a política cognitiva esteve sempre pautada por um pacto entre a classe proprietária e a classe trabalhadora, que tendeu a mascarar o caráter antagônico dos seus interesses e valores.

Complementando aquelas anotações iniciais, indico que este texto se organiza em torno de considerações a respeito de como se estabeleceu e evoluiu este pacto, de como ele se encontra hoje fragilizado e de como cabe à classe trabalhadora formular sua proposta orientada para uma educação “para além do capital”.³

Para a consolidação do capitalismo foi logo necessário proporcionar aos trabalhadores o tipo de habilidade que a empresa demandava para satisfazer velhas necessidades, assim como outras formas e a criação de novas que se apresentavam lucrativas. Aquela orientada a operar as inovações introduzidas no processo

de trabalho que ela controla e que, por isto, lhe permite contrabalançar a pressão dos trabalhadores na redução da jornada e o aumento do salário.

O fato de que o aumento de produtividade do trabalho possibilitado pelas inovações não precisava ser compartilhado com os trabalhadores com um aumento de salário, tornou a empresa dos países centrais, amparada pelos múltiplos subsídios concedidos pelo “seu” Estado, um “motor de inovação”.

À classe trabalhadora, desprovida dos meios de produção, obrigada a vender sua força de trabalho (esta mercadoria que, sendo a única que ele possui, é também a única que adiciona valor ao produto) e sem amparo para organizar arranjos de produção e consumo autônomos, restavam-lhe poucas alternativas.

Para a classe trabalhadora evitar que a marcha desse “motor” a deixara “para trás”, e defender sua sobrevivência, foi obrigada a aceitar um processo de contínua e empobrecedora “qualificação”: teve que se adaptar às mudanças cognitivas que o motor impunha. As mudanças implicavam a expropriação do conhecimento tácito dominado pela classe trabalhadora; a paulatina codificação nas universidades capitalistas (de modo a impedir sua desapropriação); e os meios de produção, transformados em propriedade privada crescentemente monopolizada.

Caracterizava este pacto um “cercamento” no âmbito cognitivo que, no âmbito material, o capitalismo inerentemente provoca. Não obstante o validavam, entre outros fatores, as oportunidades do assalariamento associada à consolidação do projeto capitalista de organização da sociedade ocidental. Havia a expectativa de um futuro melhor para a classe trabalhadora que contrastava com a brutalidade feudal, e com a ameaça de exclusão social que o marco inicial desse processo, a chamada revolução industrial, havia deixado⁴.

As iniciativas que desde o final do século XIX procuraram capacitar a classe trabalhadora, ou estender a ela o conhecimento da classe proprietária no sentido de, ingenuamente, promover uma apropriação para liberá-la da opressão, foram sempre escassas. Mais ainda foram aquelas que visaram se contrapor àquele conhecimento gerado pela classe proprietária, “seu” Estado, e suas empresas⁵.

A interpretação potencializada pelo processo de construção do socialismo soviético de que o desenvolvimento linear inexorável das forças produtivas seria o que, ao tensionar as relações sociais de produção, levaria a modos de produção cada vez melhores, predominou no âmbito da esquerda marxista e, por inclusão, no movimento sindical.

Permaneceu intocado o dogma “trans ideológico” de que existiria uma ciência verdadeira, intrinsecamente boa, universal e neutra (no sentido de ser funcional para qualquer projeto político), e uma tecnologia que poderia ser aplicada para o bem ou para o mal. E que bastaria a apropriação pela classe trabalhadora do conhecimento científico e tecnológico –as forças produtivas que estavam momentaneamente sendo usadas a serviço do capital– para que ela pudesse construir o socialismo⁶.

Aquela situação inibiu o surgimento de uma visão crítica que percebia a artificialidade a-histórica e ideologicamente construída pelo capital no próprio benefício no apartamento ciência-tecnologia e, entendendo a tecnociência como um conceito primitivo, permitiu o questionamento da neutralidade e do determinismo. E que, ao compreender o caráter de construção social que implicava a tecnociência em seu processo de desenvolvimento, ela estaria sempre contaminada com os interesses e valores dominantes no contexto, ainda que propusesse a adequação sociotécnica da tecnociência

capitalista na direção de uma tecnociência funcional ao projeto político da classe trabalhadora⁷.

Assim, embora o projeto capitalista estivesse sendo seriamente contestado, e apesar da ameaça que representava o socialismo, não ocorreu, por parte da classe trabalhadora, um questionamento no pacto da educação. Embora a transição para o socialismo soviético estivesse gestando um novo tipo de educação mais coerente com os interesses da classe trabalhadora, o modo como ela estava ocorrendo, circunscrito e limitado – por razões táticas internas e pelas pressões externas –, não chegou a despertar a classe trabalhadora dos países capitalistas para a concepção de uma alternativa.

Ainda que tenham surgido iniciativas revolucionárias de conscientização através da educação para impulsionar a transformação de “classe em si” para “classe para si”, elas não chegaram a formular propostas capazes de incidir no modo como se organizava a produção e circulação de bens e serviços. Em consequência, essas iniciativas tampouco resultaram em movimentos capazes de conduzir a propostas que levassem à configuração de um novo pacto com a classe proprietária.

Resumindo: o comportamento da classe trabalhadora foi apenas reativo no sentido de ter privilegiado a defesa dos interesses imediatos que possuía sob a égide do capital. Ele também não foi proativo no sentido de conceber o conhecimento que seria necessário para uma formação social que pudesse situar-se “para além do capital”.

A conjuntura atual nos países centrais

O momento que vive o capitalismo nos países centrais parece estar inviabilizando a manutenção desse pacto, ele se encontra cada vez mais fragilizado pela dinâmica do capitalismo ultra neoliberal que ao mesmo tempo enfraquece a capacidade regulatória do Estado e, inextricavelmente, combina aspectos de natureza geopolítica, econômica, social e tecno-científica que reforçam os privilégios da classe proprietária.

Não obstante, as condições objetivas engendradas por essa dinâmica, ao tempo que acirram as contradições de classe existentes, parecem apontar rumos para sua superação.

Analisando o “lado” da classe proprietária, vale ressaltar três aspectos.

No nível individual, estrito do seu negócio, a empresa, mesmo que se dispusesse a fazê-lo, é incapaz de internalizar as externalidades negativas nas esferas ambiental, econômica e social que de modo genocida ela vem causando a todos os que habitam este planeta. Aquela empresa que o fizer, contrariando a lógica atomizada e intrinsecamente egoísta que a rege, será excluída do mercado por não conseguir transferir seu maior custo de produção ao preço. Portanto, leitora e leitor, deixemo-nos de ilusões!⁸

Não obstante, no nível coletivo, em que a classe proprietária atua como classe, são cada vez mais frequentes as declarações de que seria aceitável um aumento do imposto sobre a renda, a riqueza e a adoção de “moratórias” relacionadas às externalidades negativas causadas por desenvolvimentos tecno-científicos que ameaçam a manutenção dos seus negócios.

Mas é no nível das “suas” organizações não-governamentais e supranacionais que estão ocorrendo as manifestações mais significativas para investigar as características que poderia assumir o novo pacto interclassista em torno da política cognitiva e, em particular, da educação.

O exemplo mais recente é a declaração da ONU acerca da urgente necessidade de que sejam fomentados novos arranjos econômicos-produtivos e de consumo (enfeixados naquilo que no Brasil chamamos de economia solidária) para enfrentar as crises sociais e ambientais.

Retomando o assunto que interessa mais de perto, o da análise do conhecimento em desenvolvimento, importa destacar que a pesquisa tecno-científica de viés empresarial, realizada majoritariamente nos conglomerados transnacionais sempre com maciço financiamento público, não tem sido capaz de evitar o desastre que estamos presenciando nas esferas ambiental, econômica e social. Como digo aos meus alunos da disciplina de Ciência Tecnologia e Sociedade, a Tecnociência Capitalista incorre em sete pecados capitais: deterioração programada, obsolescência planejada, desempenho ilusório, consumismo exacerbado, degradação ambiental, adoecimento sistêmico e sofrimento psíquico.

No que se refere particularmente à educação, a classe proprietária não tem como propor nenhuma mudança significativa a não ser ações pontuais para preencher lacunas de oferta de mão-de-obra causadas pela própria dinâmica geopolítica, econômica, social e tecno-científica do capitalismo ultra neoliberal. Sem falar nas propostas amorais relacionadas à privatização da educação...

Analisando o “lado” da classe trabalhadora, as ações tradicionais de caráter reativo, até mesmo por estarem concentradas na defesa dos interesses dos formalmente empregados, têm apresentado eficácia claramente decrescente como resultado do fortalecimento dessa dinâmica ultra neoliberal.

Embora seja cada vez maior a parcela da classe trabalhadora “não empregável”, e apesar do crescimento das iniciativas europeias visando à criação de cooperativas, é ainda muito escassa a elaboração teórica necessária para viabilizar medidas de política cognitiva que promovam a implementação de arranjos alternativos de produção e consumo. Como resultado do maior poder dos trabalhadores formais e sindicalizados que conservam alguma capacidade de organização e vocalização, não tem ocorrido uma valorização da produção e disseminação de conhecimento

para apoiar aquelas iniciativas associadas ao cooperativismo, têm dificultado as escassas atividades realizadas nas instituições de ensino e pesquisa com vistas a atender os interesses da classe trabalhadora a crescente alocação dos recursos públicos à P&D empresarial.

Embora venha crescendo entre os trabalhadores situados nessas instituições a percepção de que a Tecnociência Capitalista, desenvolvida pela e para a empresa, não é adequada para o sucesso daqueles arranjos alternativos, e de que é necessário re-projetá-la na direção da Tecnociência Solidária⁹; são insignificantes as tentativas de mudança das suas agendas de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda menos significativas são as atividades de Adequação Sociotécnica¹⁰ da Tecnociência Capitalista na direção da Tecnociência Solidária realizadas nessas instituições em conjunto com os trabalhadores associados a esses arranjos¹¹.

Termino este ponto com uma brevíssima análise da correlação de forças que permita prospectar um futuro desejável e investigar a possibilidade de gestação de um novo pacto.

As contradições do capitalismo ultra neoliberal, a virtual impossibilidade de manutenção do tipo de organização da produção e do consumo que ele adota e, em especial, as implicações do desenvolvimento tecno-científico a ele associado para a classe trabalhadora, fragilizam a capacidade propositiva da classe proprietária. Não obstante, manifestações da classe trabalhadora, que surgem em muitos lugares contra os diferentes aspectos negativos e opressores do ultra neoliberalismo, estão apontando, ainda que por negação, para a construção, na esfera cognitiva, de um cenário “para além do capital”.

À medida que a classe trabalhadora for formulando um novo projeto societário, a economia solidária surgirá como seu elemento central. Por representar mais do que uma utopia a ser construída, e uma proposta concreta de transformação das relações sociais de produção baseada na propriedade coletiva dos meios de produção e na autogestão, ela se irá materializando mediante políticas públicas voltadas à sua expansão e consolidação. A reorientação da política cognitiva, dada sua importância como política-meio que confere viabilidade para muitas outras políticas-fim, terá que ser por antecipação concebida de acordo com os valores e interesses da classe trabalhadora.

É nesse processo que irá surgir uma proposta de educação aderente ao objetivo de consolidação da economia solidária. E será a partir dela que a classe trabalhadora irá negociar um novo pacto pela educação com a classe proprietária.

Um pouco da história da periferia brasileira

Historicamente, na periferia do capitalismo o pacto em torno da política cognitiva e, particularmente, da educação, adquiriu especificidades.

A primeira tem a ver com o modo como se deu a conquista e o saqueio do território (o que ficou conhecido pelo eufemismo “colonização”). Ele esteve desde o início marcado pela extração predatória de bens naturais – característica que hoje vai sendo mundialmente denunciada –, e pela exploração igualmente selvagem do trabalho vivo (mais-valia) com a escravização dos indígenas, a expropriação da sua terra, e o extermínio da maioria que não se deixava subjugar (estima-se que havia de 5 a 8 milhões e que no final do século 19 restavam menos de 500 mil); e, logo em seguida, com o comércio

de pessoas escravizadas provenientes do continente africano (o que ficou conhecido pelo eufemismo “tráfico negreiro”).

As relações sociais de produção que beneficiavam internamente aos que produziam na periferia os bens consumidos no centro, onde já se expandia a extração de mais-valia relativa, estiveram centradas na exploração da mais-valia absoluta. Foi dessa forma que a classe proprietária adquiriu o costume de auferir elevado lucro pela sua atividade, que até hoje conserva, sobre o associado à extração da prata e o ouro que da América hispânica, todos sabemos. Conhecemos pouco sobre o que foi a produção das “esquitices” realizada com um custo extremamente baixo pelos conquistadores ainda recém-chegados e que eram vendidas a preço “internacional” a seus parentes que lá ficaram. Com elevadas “eficiência” e lucratividade, eles iniciaram o primeiro complexo mundial de agronegócio, e de elevados requisitos cognitivos e envolvendo alta complexidade logística, a produção de açúcar de cana foi responsável pela fundação de nossa atividade econômica.



Bem mais tarde, com a produção do café, foi montada uma infraestrutura logística ainda mais sofisticada e custosa. Tecnologias (ou complexos sociotécnicos) como a ferroviária, portuária, energia e comunicação, que estavam emergindo na Inglaterra, não foram aqui apropriadas seguindo uma estratégia cognitivamente mais adequada como a que ocorria em países da Europa que também “substituíam importações”. O fato de terem sido simplesmente compradas é um indício de que nossa classe proprietária considerava que este era o modo mais lucrativo de internar esses complexos sociotécnicos ao negócio que compartilhavam com seus parentes.

Não me parece adequado considerar que teria sido uma divisão internacional do trabalho imposta pelos “egoístas, usurpadores e malvados” capitalistas da metrópole o que teria obrigado os “explorados e submetidos” a se especializarem na produção de matérias-primas e se submeterem à importação de manufaturas. O “intercâmbio desigual” que se estabelece entre os conquistadores que aqui operaram e seus sócios que lá ficaram, era um negócio que permitia lucros extraordinários aos dois lados daqueles que patrocinavam a conquista.

Todos sabemos da enorme quantidade de ouro, prata e outras mercadorias que os conquistadores que vieram proporcionaram aos seus parentes que longe ficaram, e de sua importância, em especial quando trocaram de mãos, para a consolidação do capitalismo. E, também, de como a mais-valia gerada na periferia foi sendo transferida para o centro mediante os mutantes mecanismos que caracterizam o “intercâmbio desigual”. Não obstante, o fato de não ter havido uma significativa diferença na qualidade da vida que levavam pode ser um indício de que a lucratividade nas duas pontas do

negócio em que se envolviam esses parentes era semelhante. Como estou longe de pretender revisitar a nossa história, me atrevo a provocar quem a isto se disponha com o que escrevi num artigo recente: “não é preciso ser economista para perceber que se temos aqui a maior taxa de juros do mundo, e ainda se produz um alfinete brasileiro, é porque nossa taxa de lucro é também a maior do mundo”.¹²

Essa característica do capitalismo nascente, que beneficiava com vantagem os europeus e as primeiras gerações de proprietários brasileiros, levou a que as relações de produção tipicamente capitalistas, baseadas na exploração da mais-valia relativa que a inovação e o aumento da produtividade do trabalho possibilitavam no centro do sistema, só viessem a aparecer por aqui muito mais tarde. Isso só ocorreu, ainda que sem substituir aquelas baseadas na exploração da mais-valia absoluta, quando aqui se difundiu o padrão de organização da produção e o consumo da empresa dos países centrais.

Por várias razões que não vou relembrar aqui, a formação econômico-social periférica se caracteriza por uma significativa dependência em relação aos países centrais. Nossa dependência cultural engendra um mercado interno imitativo. Sua demanda tende a fazer que a empresa aqui localizada produza bens e serviços (especialmente os industriais) muito semelhantes àqueles fabricados nos países centrais.¹³

Nosso processo de industrialização via substituição de importações vivia, justamente, satisfazer a demanda da classe proprietária pelos bens que ela importava mediante os recursos que recebia das exportações que fazia. Embora tenha havido brotes industriais em várias partes do território, o que mostra que não existia um impedimento para tanto e sim um acurado cálculo de rentabilidade, esse processo só se intensificou em função das crises e guerras ocorridas nos países centrais que dificultavam a importação de manufaturas.

Sua transformação num “modelo” que passou condicionar o conjunto das políticas públicas nacionais, foi desencadeada por uma simples leitura da classe proprietária da balança comercial do país que mostrava uma deterioração dos termos de troca. Ao contrário do que seria adequado e do que fizeram suas congêneres em outras latitudes, as características de nossa industrialização não decorreram de uma avaliação acerca da melhor forma de aproveitar, em nossos potenciais, vantagens comparativas naturais e humanas. Nacionalistas bem-intencionados que até hoje denunciam o fato de não tiver uma “agregação de valor” às commodities, teriam que perceber que isso se trata de um irrepreensível comportamento economicamente racional.

Numa articulação que contou com a poderosa participação do capital estrangeiro, com seus interesses e oferendas historicamente cambiantes, ocupou o centro dinâmico desse “modelo” o estado de São Paulo. Espaço capitalista dos negócios que, por ser beneficiado com uma reserva de mercado para suas manufaturas, transformou o resto do nosso território numa “periferia da periferia” fornecedora, inclusive, de força de trabalho barata.

Depois das escravizações indígena e africana, e da importação dos europeus famintos expulsos em função do novo modo de expansão capitalista baseado na extração de mais-valia relativa, nossa classe proprietária

concebeu um outro “exército pré-industrial de reserva”. Agora recoberta por um verniz mais capitalista, dado que industrializante, engendrou um outro canal de suprimento de trabalhadores pouco exigentes e de baixo preço. Ele não implicava, como veio a ocorrer nos países centrais, a emigração de pobres vindos das ex-colônias; aqueles que hoje, depois de alavancar seus negócios, “criam problemas” para o funcionamento de suas economias.

No que se chamava Região Norte e, particularmente no que depois se denominou Nordeste, a fração “atrasada” e oligárquica da classe proprietária ia grilando a terra indígena e concentrando a terra. Tendo isso como matriz conviveu, principalmente aí, mas no território como um todo, um processo reiterado em que famílias camponesas produtoras de alimentos eram empurradas para o oeste e, depois de desbravadas, tinham suas terras expropriadas pelo latifúndio que ocupava a ponta local daquele negócio internacional.

O desenvolvimento urbano industrial, que se acelerou a partir da quinta década do século passado, potencializou esse processo no lado da demanda de força de trabalho. Seu resultado foi o deslocamento, quase que forçado e concentrado nas zonas mais degradadas das cidades, de mais de 40 milhões de pessoas (só entre 1975 e 2017). Assim, através de expedientes como o que ficou conhecido como “indústria da seca”, foi sendo preparado o terreno para o que viria ser a selvagem expansão do agronegócio e da exploração mineral.

No “Sul maravilha”, a fração “moderna” e industrial recebia os trabalhadores expelidos que passavam a desempenhar as tarefas que o modelo de industrialização exigia. Embora imitativo, multinacionalizado e pouco intensivo em capacitação tecnológica, ele era muito vantajoso para os interesses desta fração, haja vista a cobertura, intensidade e velocidade de implantação que o caracterizou. A outra, a fração “atrasada” e oligárquica, através das articulações políticas que se estabeleciam no âmbito do estilo nacional desenvolvimentista do nosso Estado, que perpassou períodos civis e militares, nunca deixou de receber seu quinhão.

Isso tudo que escrevi acima não significa que eu desconheça ou não aceite a evidência de que a classe proprietária dos países centrais e, claro que em menor medida, a sua classe trabalhadora, não se tenha beneficiado de nossa condição periférica e de sua contraparte, o imperialismo. E que isso se deu no âmbito de uma divisão internacional do trabalho em que cabia aos, primeiramente, conquistadores da produção de bens primários com escasso conhecimento tecno-científico localmente gerado. E que cabia aos seus parentes a produção de bens e serviços com uma intensidade continuamente crescente de conhecimento lá engenheirado e que, como eram adaptados ao caráter imitativo

(dado que culturalmente dependente) do estilo de desenvolvimento periférico, eram também aqui produzidos.

O que sim quero dizer é que não me parece correto, embora seja frequente, interpretar essa situação como algo prejudicial ao conjunto dos habitantes de cada país periférico. Isso porque a compreensão de que suas classes proprietárias se beneficiaram da “oportunidade de negócio” proporcionada por essa situação, e que este benefício nunca “transbordou” para a classe trabalhadora, é essencial para uma correta análise da política cognitiva.

O efeito conjunto da dependência cultural desse modelo de desenvolvimento desigual e combinado, da pressão do mercado para a adoção de tecnologia proveniente dos países centrais, da relativa escassez (ou subutilização) da capacidade tecno-científica nacional, do poder econômico e político, das vantagens auferidas pelas multinacionais, e de sua penetração no tecido produtivo local, condiciona de modo profundo as atividades concernentes à política cognitiva. O fato de que seja economicamente irracional desenvolver internamente conhecimento tecno-científico para produzir algo demandado pelo mercado interno imitativo, de que os bens e serviços que aqui geram o lucro das empresas já foi engenheirado alhures, é fundamental.

O que se verifica, devido também a uma muito menor remuneração da mão-de-obra existente na periferia, é que a empresa que aqui opera, seja nacional ou estrangeira, assuma um comportamento inovativo claramente reflexo. Imitativo, caudatário e relativamente modesto, ele realimenta a tendência primário-exportadora e rentista de nossa classe proprietária que, encerrando o ciclo da industrialização, via substituição de importações, promoveu a desindustrialização do País. Como não precisa efetivamente inovar, a empresa pode lucrar sem ter que se preocupar em “desviar” o recurso público que recebe para que seus empregados (ou terceirizados) se “qualifiquem”.

O modo como os aspectos socioeconômicos e políticos, privilégio nesta análise, condicionam a educação, passa também pelo reconhecimento de que nossa política cognitiva, muito mais do que nos países de capitalismo avançado, tem sido orientada pela nossa elite científica. É ela que “diz” o que uma criança que entra no jardim de infância deve ir aprendendo para poder passar no vestibular de uma universidade pública. É ela que define, em última instância e por default, devido à nossa condição periférica que faz com que outros atores pouco participem na elaboração desta política, as características do nosso pacto da educação¹⁴.

As “antenas” dessa elite científica estiveram sempre, dada a nossa condição periférica, orientadas pelo que fazem seus pares dos países centrais. É ali que se origina o saber que “cultuam” nas instituições que, como um enclave, foram – à imagem e semelhança – aqui criadas.

Como consequência da adoção de agendas de ensino, pesquisa e extensão de lá provenientes, as demandas cognitivas (ou tecno-científicas) embutidas em muitas das necessidades coletivas por bens e serviços, especialmente aquelas da classe trabalhadora que estão desatendidas, permanecem inexploradas.

Entre os muitos exemplos vale citar a situação que ocorreu quando a expropriação da terra dos pequenos agricultores produtores de alimentos e do Estado incitou o latifúndio a potencializar o agronegócio. Ao mesmo tempo que aqueles passaram a ter suas demandas cognitivas desatendidas devido ao desmantelamento da extensão rural, foi criada, no início dos anos setenta, uma complexa e capilarizada estrutura de geração e difusão de conhecimento para atender ao objetivo de acumulação da classe proprietária.

Entre outros, esse exemplo serve para mostrar que em todo o mundo a baixa propensão da empresa a realizar pesquisa pode ser, também na periferia, contrapesada. De fato, cada vez que um segmento da classe proprietária, dotado de poder político ou econômico, tinha, incorporado em seu projeto político, uma demanda por conhecimento novo ou dificilmente obtível, foi possível, claro que através do “seu Estado”, desenvolvê-lo. Serve também para argumentar que devido à sua alta complexidade e originalidade, as demandas tecno-científicas embutidas nas necessidades coletivas desatendidas, poderiam gerar um círculo virtuoso de ocupação da capacidade subutilizada de nossas instituições de ensino e pesquisa, e de sua expansão e legitimação social.

Retomando o parágrafo que se iniciava com “O que sim quero dizer...”, e salientando que o faço muito de passagem, já que aprofundar o argumento me afastaria do assunto deste texto, é que pouco se deve hoje esperar da propensão de nossa classe proprietária para aproveitar os favores governamentais que desde sempre recebeu para adotar o comportamento “virtuoso” que caracteriza suas congêneres dos países centrais. Políticas orientadas a torná-la competitiva via agregação de valor às commodities, a facilitar sua adesão a uma transição energética, ou à adoção de comportamentos socioambientalmente sustentáveis etc., dificilmente encontrarão sucesso.

Concluindo essa parte, é importante salientar que, ao contrário do que ocorreu nos países centrais, a vigência do pacto da educação não teve como resultado uma situação minimamente favorável à classe trabalhadora. Em função das características que assumiu nossa formação social capitalista, o pacto aqui estabelecido não apresentou nem mesmo os limitados benefícios lá alcançados.

A constatação de que o fraco “desempenho” da nossa educação, sobretudo quando foi avaliada segundo os indicadores dos países centrais, é consequência do fato de ela, sendo como é, corresponder às necessidades cognitivas demandadas pela classe proprietária, me leva a tomar emprestado uma das frases lapidárias de Darcy Ribeiro: “A crise da educação no Brasil não é uma crise: é um projeto”.

Preparando um novo pacto para a educação brasileira

No final da seção “A conjuntura atual nos países centrais” tratei das características do cenário desejável, do novo projeto societário, do papel que dentro dele irá assumir a economia solidária e como, a partir de sua implantação, se irá gestando uma proposta a ser negociada com a classe proprietária para o estabelecimento de um novo pacto.

Faço agora menção a mais alguns aspectos de nossa realidade. Apesar da importância de fazê-lo, visto que é assim que se podem conceber ações, o faço de forma muito sintética uma vez que tenho escrito bastante sobre isso na mídia de esquerda.

No que se refere aos aspectos socioeconômicos e políticos que simplificada e entendo como condicionantes da evolução que terá o pacto, estão presentes na cena brasileira duas estratégias que, embora não excludentes, delimitam cursos de ação bem distintos em termos, entre outros, da política cognitiva.

De um lado encontra-se a estratégia do “emprego e salário” baseada no estímulo à atividade empresarial para geração de crescimento econômico. Muito alinhada com o nacional-desenvolvimentismo que por décadas orientou nossa política pública, e apesar de ter sido relativamente bem-sucedida 20 anos atrás, ela é crescentemente considerada insuficiente para combater o legado de iniquidade, injustiça e degradação ambiental que recebeu o atual governo de esquerda.

Inspirada nas experiências de “revolução industriosa” e no potencial de geração de desenvolvimento da economia solidária, ganha força a estratégia do “trabalho e renda”. Sem pretender exclusividade e compreendendo que a relação de forças manterá o privilégio da “reindustrialização empresarial” e a captura privada do poder de compra do Estado, seus partidários ressaltam a conveniência de complementar, através da proposta da “reindustrialização solidária”, a estratégia do “emprego e salário”.

Entre seus argumentos, apontam que dos 180 milhões de brasileiras e brasileiros em idade de trabalhar e que constituem a nossa classe trabalhadora, apenas 30 têm carteira assinada; e que existem 80 que nunca tiveram e provavelmente nunca terão emprego.

E chamam a atenção para a experiência histórica internacional dos governos de esquerda que fracassaram na implementação de suas políticas socializantes. A dedicação desses governos em fazer funcionar o Estado e a economia capitalistas para obter recursos para custear a reorientação da política, teria sido uma das causas históricas do seu insucesso¹⁵.

Para evitar que as políticas sociais se tornem reféns do bom funcionamento do capitalismo e possam reconstruir a democracia, dizem, semelhantemente ao que vem ocorrendo no Norte, ser necessário outra governança que fomente arranjos produtivos e de consumo baseados na propriedade coletiva dos meios de produção, na solidariedade e na autogestão.



Partindo da constatação de que a desindustrialização foi uma opção de nossa classe proprietária, de que o fomento da inserção de suas empresas no mercado global implica privilégios desmedidos, e de que estas não se interessam pelo nosso potencial de conhecimento tecno-científico, os partidários da estratégia “do trabalho e renda” e da proposta da “reindustrialização solidária” defendem uma radical reorientação da política cognitiva¹⁶.

Para isso, para que seja possível atender aquelas demandas cognitivas embutidas nas necessidades materiais coletivas insatisfeitas, propõem que a elaboração da política cognitiva incorpore, além da elite científica (cujas “antenas” tenderão a seguir orientadas para o Norte), um ator até agora pouco escutado. Esse ator, as trabalhadoras e trabalhadores do conhecimento, que atuam na docência, pesquisa, planejamento e gestão da política cognitiva, é o que detém nosso significativo e crescente potencial tecno-científico.

Por ser efetivamente responsável pela sua operacionalização, esse ator é o que poderá promover a reorientação necessária. Isso por ser, por um lado, o que melhor poderá identificar aquelas necessidades por bens e serviços e decodificá-las como demandas tecno-científicas (muitas delas de evidente originalidade e elevada complexidade), e “trazê-las” para o ambiente onde se definem as agendas de ensino, pesquisa e extensão de nossas instituições. E, por outro, o que melhor poderá representar o interesse público junto ao governo e aos demais atores envolvidos com a política cognitiva.

Concluindo, só resta dizer que o caminho que me parece mais adequado está assinalado. As condições para que ele seja de imediato trilhado estão dadas.

Entre elas, chamo a atenção para uma auspiciosa convergência. Muitas daquelas trabalhadoras e trabalhadores do conhecimento defendem a estratégia do “trabalho renda” e a proposta da “reindustrialização solidária”. E defendem também que a política cognitiva esteja solidamente ligada aos interesses e valores da classe trabalhadora.

Tudo isso implica que, de imediato, nossa educação deva estar focada no atendimento das demandas cognitivas da economia solidária. É elevada sua capacidade de acumulação de forças políticas e, muito importante no prazo imediato, de fiança de governabilidade para o atual governo. É a partir do potencial do conhecimento que possuem seus integrantes que se irá gestar o novo pacto que a classe trabalhadora irá conceber.

Notas

1. Este texto é uma versão revisada e ampliada da publicado em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-educacao-funcional-esta-em-crise-que-ocupa-seu-lugar/>. Ele tem como referência imediata inúmeros textos, também de um tamanho apropriado à publicação em veículos de imprensa da esquerda brasileira, como o Outras Palavras (<https://outraspalavras.net/>), o A Terra é Redonda (<https://aterraeredonda.com.br/>) e o GGn (<https://jornalgg.com.br/>). Esses pequenos textos remetem a artigos acadêmicos e livros de minha autoria (muitos dos quais também são disponíveis na internet) nos quais faço referência aos autores nos quais busquei elementos para formular os conceitos e argumentos aqui apresentados. Para facilitar a leitura, havia optado por omitir referências a esses trabalhos meus e dos autores em que me baseei, e sugerir a quem se dispusesse a se aprofundar na discussão desses conceitos e argumentos que concebesse uma palavra-chave que os representasse, adicionasse meu nome, e entrasse nos sítios recém indicados (e outros em que o google ou outro buscador recomendasse). Ou, melhor ainda, que entrasse em contato comigo (rdagnino@unicamp.br) para que pudéssemos, em conjunto, discutir sobre eles. Não obstante, dada a insistência dos editores de que fossem incluídas algumas referências, eu as indiquei, adotando o chamamento dos textos didáticos, do tipo “para quem quiser saber mais”, nas notas de rodapé que seguem.
2. Para quem quiser conhecer mais sobre o tema sugiro uma obra seminal de SINGER, Paul. Uma utopia militante: Repensando o socialismo. Editora Vozes, 1998 e, dentre o muito que se tem produzido, a última coisa que escrevi sobre ele: https://aterraeredonda.com.br/propostas-para-os-candidatos-da-esquerda/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2024-04-10.
3. Aqui, a referência obrigatória é MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
4. Obras como as de Braverman, Harry (1974), Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century. New York: Monthly Review Press; Gorz, André (1980), Adieux au prolétariat. Galilée, 1980; Marglin, Stephen (1986), What do bosses really do? The Journal of Economic History, 46(3): 585–623, são boas referências para quem quiser se aprofundar neste assunto.
5. Aqui a referência pioneira “clássica” é Schumacher, E. F.; Small Is Beautiful: Economics As If People Mattered, Harper, 1973. Para uma revisão da contribuição de vários autores que embasaram a proposta da Tecnologia Social, a qual ajudei a construir, ver Dagnino, R., Brandão, F. C., & Novaes, H. T. (2004), Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Lassance Júnior, A. E. et al. (Eds.) Tecnologia social: Uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, pp.15-64. E para uma versão atualizada e radicalizada (que vai às raízes do problema), do que entendo sobre o assunto, ver Dagnino, R. Tecnociência Solidária, um manual estratégico, Lutas Anticapital, 2021.
6. O pesquisador a quem devo minha entrada no campo que contextualiza esta problemática sob uma perspectiva marxista é Andrew Feenberg. Ver FEENBERG, A. Alternative modernity. Califórnia: University of California, Press, 1999; e Transforming technology. Oxford: Oxford University Press, 2002.
7. Muito inspirado, na área da Filosofia da Ciência, na obra de Lacey, Hugh (1999), Is Science value free? Routledge, e na da Filosofia da Tecnologia (que estranhamente não se comunicam, como no meu entender deveriam) em Andrew Feenberg, inaugurei no Brasil uma discussão mais sistemática sobre este assunto em Dagnino, Renato (2008), Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico. Campinas: Ed. da Unicamp. Livro que contou com o honroso prefácio do, já amigo, Andrew.
8. Enfocando o atual cenário brasileiro a este respeito, examino, em <https://aterraeredonda.com.br/conversando-sobre-a-nova-industria-brasil/>, algumas dessas ilusões.
9. Além do livro já citado - Tecnociência Solidária, um manual estratégico - sugiro para os familiarizados com a língua inglesa um resumo de seus principais elementos: Dagnino, Renato (2022). Solidary Technoscience: A Concept for the Philosophy of Technology. In Helena Mateus Jerónimo (ed.), Portuguese Philosophy of Technology: Legacies and contemporary work from the Portuguese-Speaking Community. Springer Verlag. pp. 305-320.

10. Este conceito, cuja inspiração é a obra dos pesquisadores da Construção Social da Tecnologia, como Bijker, Wiebe E., *et al.* (2012), *The social construction of technological systems: New directions in the sociology and history of technology*. MIT press, e Bloor, D. (1991), *Knowledge and Social Imagery*, 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, é abordado em detalhe em Dagnino, Renato (2014), *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*. Campina Grande: EDUEPB e Editora Insular.
11. Este meu texto - https://aterraeredonda.com.br/tecnociencia-solidaria-e-plataformizacao-da-sociedade/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2024-04-25 - foi discutido numa Conferência Livre realizada para colocar na agenda da 5ª Conferência Nacional de CT&I esses dois temas até agora ausentes, devido à sua incipiência em nosso meio e ao seu caráter contra-hegemônico, nas dezenas de eventos similares que vêm sacudindo e galvanizando os envolvidos com o assunto. Ele é um testemunho da preocupação ainda incipiente de realização de processos de Adequação Sociotécnica, como os ligados à plataformação “subversiva”.
12. Dagnino, R. E da taxa de lucro, ninguém vai falar? <https://aterraeredonda.com.br/e-da-taxa-de-lucro-ninguem-vai-falar/>.
13. A referência que se tornou “leitura obrigatória” nos cursos sobre o assunto na América Latina acerca do que denominamos Pensamento Latino-americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade é DAGNINO, R.; THOMAS, H.; DAVYT, A. *El pensamiento en ciencia, tecnología y sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria*. Redes, Buenos Aires, v. 3, n. 7, p. 13-51, 1996. Ali, ademais de apresentar esse pensamento, revisar a contribuição de seus fundadores, e indicar como foi tentada sua desconstrução pelo inovacionismo, se explica a origem de muitas das afirmações feitas nesta parte do texto.
14. Onde eu primeiro desenvolvo a ideia de que a elite científica desempenha um papel hegemônico na política cognitiva da periferia do capitalismo é em Dagnino, R. *Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa*. Editora UNICAMP, 2007. Posteriormente, em Dagnino, Renato (2016), *A Anomalia da Política de C&T e sua Atipicidade Periférica*. Revista CTS, volume 11 - número 33. http://www.revistacts.net/files/Volumen_11_Numero_33/Dagnino-EDITADO.pdf, apresento uma abordagem mais aprofundada a partir dos conceitos de anomalia desta política e de sua atipicidade periférica.
15. Em <https://renatodagnino.blogspot.com/2023/01/livro-para-explicar-tempestade-e-sulear.html>, eu trato com algum detalhe algumas das afirmações que acabo de fazer. Em particular, em relação a esta última, que me foi suscitada por um argumento colocado por José Luís Fori em <https://outraspalavras.net/direitosouprivilegios/a-utopia-a-historia-e-o-desafio-de-governar/>.
16. Em <https://aterraeredonda.com.br/reindustrializacao-solidaria/>, exponho com algum detalhe a proposta da reindustrialização solidária contrastando-a com a, evidentemente não excludente, da reindustrialização empresarial ora em curso. E, em <https://jornalgnn.com.br/economia/a-v-conferencia-nacional-de-cti-e-a-nib-por-renato-dagnino/> indico alguns dos desdobramentos que ela coloca no âmbito da política cognitiva e, particularmente no da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Referências

- Bijker, W. E., Parke, T. y Pinch, T. (2012). *The Social Construction of Technological Systems, Anniversary Edition. New Directions in the Sociology and History of Technology*. MIT University Press.
- Braverman, H. (1974). *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. Monthly Review Press.
- Dagnino, R. (2007). *Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa*. Editora da Unicamp.
- Dagnino, R. (2008). *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Editora da Unicamp.
- Dagnino, R. (2014). *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*. EDUEPB y Editora Insular.
- Dagnino, R. (2016, septiembre). A Anomalia da Política de C&T e sua Atipicidade Periférica. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 11(33), 33-63.
- Dagnino, R. (2021). *Tecnociencia solidaria. Lutas Anticapital*.
- Dagnino, R. (2022). *Solidary Technoscience: A Concept for the Philosophy of Technology*. En H. Mateus Jerónimo (Ed.), *Portuguese Philosophy of Technology. Legacies and contemporary work from the Portuguese-Speaking Community* (pp. 305-320). Springer
- Dagnino, R. (2023, 5 de enero). *Livro para explicar tempestade e sular* (2022). Blog de Renato Dagnino. <https://renatodagnino.blogspot.com/2023/01/livro-para-explicar-tempestade-e-sular.html>
- Dagnino, R. (2023, 26 de abril). *E da taxa de lucro, ninguém vai falar? A terra é redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/e-da-taxa-de-lucro-ninguem-vai-falar/>
- Dagnino, R. (2023, 4 de junio). *Reindustrialização solidária. A terra é redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/reindustrializacao-solidaria/>
- Dagnino, R. (2024, 1 de febrero). *Conversando sobre a Nova Indústria Brasil. A terra é redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/conversando-sobre-a-nova-industria-brasil/>
- Dagnino, R. (2024, 24 de febrero). *A V Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Nova Indústria Brasil. GGN*. <https://jornalgn.com.br/economia/a-v-conferencia-nacional-de-ci-e-a-nib-por-renato-dagnino/>
- Dagnino, R. (2024, 10 de abril). *Propostas para os candidatos da esquerda. A terra é redonda*. https://aterraeredonda.com.br/propostas-para-os-candidatos-da-esquerda/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2024-04-10
- Dagnino, R. (2024, 25 de abril). *Tecnociência solidária e plataforma da sociedade. A terra é redonda*. https://aterraeredonda.com.br/tecnociencia-solidaria-e-plataformizacao-da-sociedade/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2024-04-25
- Dagnino, R., Brandão, F. C. y Novaes, H. T. (2004). *Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social*. En Jr. Lassance, et al., *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento* (pp. 15-64). Fundação Banco do Brasil.
- Dagnino, R., Thomas H. y Davyt, A. (1996). *El pensamiento en ciencia, tecnología y sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria*. *Redes*, 7(3), 13-51. <https://ridaa.unq.edu.ar/bitstream/handle/20.500.11807/504/03R1996v3n7.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Feenberg, A. (1999). *Alternative modernity*. University of California Press.
- Feenberg, A. (2002). *Transforming technology*. Oxford University Press.
- Fori, J. L. (2022, 8 de julio). *A utopia, a história e o desafio de governar. Outras palavras*. <https://outraspalavras.net/direitosouprivilegios/a-utopia-a-historia-e-o-desafio-de-governar/>
- Gorz, A. (1980). *Adieux au proletariat*. Galilée.
- Lacey, H. (1999). *Is Science Value Free?* Routledge.
- Landes, D. S. (1986). *What do bosses really do?* *The Journal of Economic History*, 46(3), 585-623.
- Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital* (2ª ed.). Boitempo.
- Schumacher, E. F. (1973). *Small Is Beautiful: Economics As If People Mattered*. Harper.
- Singer, P. (1998). *Uma utopia militante: Repensando o socialismo*. Editora Vozes. Enlace.